

MORALIDADE E RELIGIÃO EM “O PRÍNCIPE” DE MAQUIAVEL

MORALITY AND RELIGION IN “THE PRINCE” OF MACHIAVELLI

Eliathan Carvalho Leite¹⁰

Resumo: “O Príncipe”, de Maquiavel, é um livro ímpar, cuja relevância política e literária é reconhecida ainda atualmente. Visando aconselhar aquele que atua na gerência de uma nação, em contexto monárquico, o autor discorre, de forma realista, direta e alheia a sentimentalismo ou ética humanista, acerca de elementos que se relacionam com o objetivo máximo da atuação política: a busca pela obtenção e manutenção do poder. Nesse contexto, Maquiavel trata acerca da Religião – enunciada mediante a figura da Igreja – e da Moral, proporcionando uma leitura, a seus moldes, dessas instituições. O presente trabalho busca explorar a forma como o autor florentino compreende tais instituições no âmbito da atuação política, por meio da leitura de “O Príncipe”. Desse modo, será feita exposição contextual acerca do autor, da obra e de seu público, dando espaço para uma análise da ética e da moralidade da Política, bem como da qualidade política da Igreja

Palavras-chave: Religião; Igreja; moralidade; Política

Abstract: “The Prince”, by Machiavelli, is a unique book, whose political and literary relevance is recognized until today. Aiming to advise those who operate in the management of a nation, in a monarchical context, the author discusses, in a realistic, direct and alien to sentimentality or humanistic ethics, about elements that are related to the ultimate objective of political action: search for obtaining and maintaining power. In this context, Machiavelli deals with Religion – enunciated through the figure of the Church – and Morality, providing a reading, in its molds, of these institutions. The present work seeks to explore the way in which the Florentine author understands such institutions within the scope of political activity, through the reading of “The Prince”. In this way, contextual exposure will be made about the author, the work and its audience, giving space for the analysis of the ethics and morality of Politics, as well as the political quality of the Church.

Keywords: Religion; Church; morality; Policy

¹⁰ Mestrando em Teoria Literária pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com bolsa CNPq. Graduado em Teologia pela Universidade Adventista de São Paulo
eliathan.carvalho.l@gmail.com

Introdução

O século XVI trouxe mudanças determinantes ao mundo ocidental. A Reforma Protestante, articulada por indivíduos como Lutero (1483-1546 e.c.), Calvino (1509-1564 e.c.) e Zuínglio (1484-1531 e.c.), a partir da atuação de predecessores como Huss (1369-1415 e.c.) e Wycliffe (1330-1384 e.c.), exerceu determinantes mudanças políticas, sociais e culturais no ocidente. Tais mudanças resultaram da reestruturação político-religiosa que veio a ocorrer em diversos cantões e Estados em que a Igreja Católica Romana perdeu sua supremacia.

Em decorrência desse movimento, nota-se o desenvolvimento de novas igrejas estatais (como a Igreja Anglicana da Inglaterra), e outras igrejas que, muito embora não fossem vinculadas necessariamente ao Estado, exerciam influência ou eram influenciadas por ele. Com isso, o poderio político do catolicismo vivenciou o ápice de seu declínio, o que permitiu a emancipação política de vários Estados, e sua releitura a partir das relações com a Religião.

Importante pontuar que, como qualquer grande movimento, as ideias que lançaram a Reforma Protestante não surgiram da noite para o dia. O lastro das críticas quanto aos excessos do clero, o desvio da instituição e sua inapropriada alienação política, pode ser amplamente percebido, seja nos escritos de membros da instituição ou até mesmo em obras literárias de autores como Dante (1265-1321 e.c.) e Gil Vicente (1465-1536 e.c.). Desse modo, nota-se um esforço comum pela reestruturação da forma de vida medieval, especialmente entre os séculos XIV e XVI; o que, necessariamente, afetou a relação entre a Religião, a Moral e o Estado.

A obra de Maquiavel (1469-1527 e.c.) é escrita, portanto, no auge desse movimento de insatisfação e despertar contra uma instituição opressora, nas vésperas da promulgação das 95 teses de Lutero. Seu texto lida invariavelmente com o assunto, refletindo suas próprias ideias acerca da posição da religião na sociedade e na política (CARDOSO, 2010).

O presente artigo tem como objetivo mapear de forma sucinta as concepções referentes à moralidade e ao papel da religião em Maquiavel, a partir de seu monumental livro "O Príncipe". Com isso, buscar-se-á sintetizar a percepção de tal autor no que se refere à relação da moral e da ética com a política e com a formação da sociedade.

1 O autor e a obra

Nicolai Maquiavel nasceu em Florença, na Itália, no ano 1469 e.c.. Nesse período, Florença era uma cidade proeminente, alcançando importância superior por diversos fatores. Sendo assim, Maquiavel teve a oportunidade de se desenvolver em concomitância com grandes figuras da humanidade, como Da Vinci e Michelangelo, vivenciando um apogeu cultural sem precedentes (BERRIEL, 2019; GRAFTON, 2010).

A cidade de Florença, bem como sua estrutura funcional, exerce influência determinante em *O Príncipe*, por oferecer o cenário embrionário de sua construção. A cidade-estado era organizada em regime republicano, muito embora oligárquico. Os representantes eram eleitos por aqueles que exerciam plenos direitos políticos, os pertencentes às poucas famílias que concentravam o poder central da localidade (BERRIEL, 2019; GRAFTON, 2010).

Com isso, nota-se que Florença foi uma das primeiras cidades a romper com o regime medieval, instituindo uma estrutura burguesa baseada na manufatura e comércio de lã. Tal percepção abriu espaço para um posicionamento distinto com a Religião, haja vista sua relação covalente com o regime superado. Desse modo, é fácil notar influentes pensadores que propunham percepções religiosas distintas a até então vigente, como o fatídico autor de *O Príncipe* (BERRIEL, 2019; GRAFTON, 2010).

Além do apogeu florentino, Maquiavel vivenciou as ações que resultaram no declínio dessa cidade; o que serviu de elemento motivador para uma adoção de uma visão cíclica da história sócio-política humana. Desse modo, Maquiavel pôde presenciar o saque e a devastação do que fora construído por Lorenzo de Médici, por meio da campanha militar de Carlos VIII rumo a Nápoles. Como consequência, Florença cai nas mãos de um religioso extremista, que acaba por avançar na eliminação de seu patrimônio cultural (BERRIEL, 2019; CARDOSO, 2010).

Em concomitância a isso, Maquiavel pôde perceber a movimentação de um indivíduo, Cesar Bórgia, o qual tinha a pretensão de criar para si um principado. Esse indivíduo torna-se o modelo principesco do texto de Maquiavel, pois este via nele a possibilidade de uma restauração de sua cidade e, por conseguinte, da Itália. Maquiavel, portanto, parte da premissa de que o sucesso de Florença – e da Itália como um todo –, dependia de

uma restauração de um modelo político como o da República Romana, em que as várias cidades ficariam sob único governo (BERRIEL, 2019; CARDOSO, 2010).

Explorando o contexto que constitui o plano de fundo da obra é importante considerar, ainda, dois conceitos paradigmáticos: o conceito de história à época de Maquiavel e a fundamentação de sua antropologia a partir dos difundidos conceitos de *virtù* e *occasione* – os quais detêm posição fundamental na constituição d'O Príncipe de Maquiavel.

Maquiavel compreende a história a partir de uma percepção puramente secularizada e temporal (ou situacional), pautada pelas dinâmicas de poder que mantêm, destituem ou alçam ao posto um governo. O autor ainda adota o conceito de *roda da fortuna*, que percebe a história a partir de uma premissa de circularidade, na qual a miséria e a fortuna se alternam constantemente. Contudo, mediante sua percepção de que cabe ao príncipe ser *virtuoso* nos momentos de fortuna, para atravessar os momentos de miséria com menor prejuízo, o autor florentino acaba por defender uma noção de *lei natural flexível* em que, muito embora a *roda da fortuna* nunca deixe de girar, a atuação humana pode (e o príncipe deve) manipulá-la mediante seu interesse (BERRIEL, 2019).

É nesse contexto que os conceitos de *virtù* e *occasione* surgem na obra de Maquiavel, aplicados à relação da figura do príncipe com a História. O conceito de *virtù* diz respeito à qualidade do sujeito de agir da forma *virtuosa/correta*, diante das circunstâncias específicas que surgem diante dele (*occasione*), em caráter circular, entre miséria e fortuna. A ação *virtuosa/correta*, portanto, lhe trará glória e poder, enquanto a ação equivocada lhe proporcionará derrota e sofrimento. Essa forma *virtuosa/correta* de agir, no entanto, não é pautada por qualquer ética de fundamento religioso/cristão, por exemplo. Na ótica de Maquiavel, o líder virtuoso é aquele que age da melhor forma em cada *occasione*, a fim de retirar dela consequências propícias à sua finalidade: conquista, manutenção ou acúmulo de poder. O autor propõe, portanto, um afastamento da percepção do príncipe como um exemplo ético para seus subordinados, eliminando a ética religiosa da atuação política, conforme mais bem explorado adiante.

O livro de Maquiavel parte, portanto, de um olhar observador dos movimentos sócio-políticos que culminaram nos altos e baixos da cidade de Florença. O autor se propõe a redigir um texto de orientação, com base nas conclusões por ele emitidas a partir dessa

observação (especialmente das ações de Bórgia). Desse modo, Maquiavel empreende uma análise realista do que presenciou, e propõe uma atuação que visa o sucesso e o retorno ao apogeu vivenciado (BERRIEL, 2019; CARDOSO, 2010).

Nesse sentido, o autor declara:

Aqueles que desejam conquistar a graça de um príncipe costumam obsequiá-lo o mais das vezes com o que possuem de mais valioso ou que possa deleitá-lo de modo especial [...] Desejando por meu turno oferecer-me à Vossa Magnificência com um testemunho da servidão que lhe devoto, não encontrei entre os bens que me são mais caros, ou tanto estime, senão o entendimento das ações dos grandes homens, aprendido por mim numa longa experiência das vicissitudes modernas e no estudo contínuo das antigas: as quais, tendo eu com grande diligência examinado e cogitado demoradamente, agora as condenso neste breve volume, que envio a Vossa Magnificência (MAQUIAVEL, 2010, p. 30).

Em meio a essa empreitada, surgem as colocações que permitem desenhar o lugar político da religião nessa ótica, estruturando uma moralidade ética própria ao modelo. Tais colocações esboçam duas proposições fundamentais, as quais serão discutidas mais adiante: a Política possui Moral e Ética próprias e a Igreja possui apenas um papel político na busca pelo poder. Antes de adentrar nesse ponto, no entanto, algumas reflexões serão voltadas ao público de atribuição da ética de Maquiavel.

2 Público de aplicação da Ética de Maquiavel

Antes de adentrar na discussão específica quanto à ética e à religião em Maquiavel, é importante esclarecer até que nível suas colocações se aplicam. Obviamente, seu material é dedicado ao príncipe, e suas colocações costumeiramente se circunscrevem a atuação ética desse ator social. Ainda assim, é necessário deixar claro como Maquiavel relaciona seu modelo ético com as ações dos demais atores sociais, como aquelas exercidas pelo povo (CARDOSO, 2010).

O primeiro ponto digno de esclarecimento prévio é a atitude distinta de Maquiavel em, de forma pioneira, tratar o povo como agente político (BERRIEL, 2019). Tal aspecto será mais discutido adiante, mas é importante adiantar que a ética d'O Príncipe é configurada tomando como relevante a busca pela obtenção do apreço do povo, bem como a

importância do bem da maioria (muito embora tais colocações estejam submetidas à busca e à manutenção do poder, e não a princípios morais como os da religião) (CARDOSO, 2010). Nesse sentido, declarações como esta podem ser observadas:

Aquele que chega ao principado com a ajuda dos poderosos se mantém com mais dificuldade do que quem se torna príncipe com o apoio popular, porque está cercado de homens que se creem seus iguais e por isso não pode comandá-los nem os governar como quiser. Mas quem chega ao principado pelo favor do povo se encontra só, tendo à sua volta ninguém ou pouquíssimos que não estejam prontos a obedecer. Além disso, não é possível satisfazer aos poderosos com honestidade e sem prejudicar os outros, mas, ao povo, sim: porque as metas do povo são mais honestas que as dos poderosos, pois estes querem oprimir, e aquele, não ser oprimido. De resto, um príncipe nunca poderá estar seguro se tiver contra si a inimizade dos homens do povo, que são muitos; mas pode estar seguro se tiver contra si os poderosos, por serem poucos. O pior que um príncipe pode esperar de um povo inimigo é ser abandonado por ele; por outro lado, deve não só temer o abandono por parte dos poderosos hostis, mas também ser atacado por eles — os quais, sendo mais previdentes e astuciosos, sempre agem a tempo de salvar-se e buscam agradar a quem esperam que vença. (MAQUIAVEL, 2010, p. 55).

Esse excerto traz à discussão alguns elementos importantes. Isso porque, muito embora Maquiavel reconheça a força política do povo, sua percepção quanto à natureza dele acaba por diferenciar esse coletivo de outros atores específicos, como o príncipe. Os príncipes são colocados, portanto, em posição maior, não apenas na hierarquia, mas em sua própria natureza. O povo é compreendido como uma massa que atua por generalidades, agindo mediante a busca pelo seu próprio bem-estar material e imediato ou condicionado às tradições. Não há reflexão por parte do povo, este apenas deseja não ser oprimido; o que permite (e mesmo exige) ao príncipe uma atuação de manipulação dessa massa.

Nesse sentido, Maquiavel afirma:

Pois, além do que já foi dito, a natureza dos povos é inconstante, sendo fácil persuadi-los de uma coisa, mas difícil mantê-los nessa persuasão; portanto convém estar preparado para convencê-los pela força, quando já não estiverem convencidos por si mesmos (MAQUIAVEL, 2010, p. 45).

Os nobres, dos quais normalmente provém os príncipes, por sua vez, são mais articulados e compreendem o jogo político, podendo ser subjugados apenas com base na força. Assim, se são mais fortes sobrepõem-se ao príncipe vigente, sendo necessária sua supressão anterior. Se são mais fracos, acabam por se submeter o príncipe. Há, portanto, uma relação de paridade dos nobres com os príncipes na natureza, ao passo que há uma relação de superioridade psicológica dos príncipes (e dos nobres) para com o povo (MAQUIAVEL, 2010).

Importante deixar claro que, na perspectiva de Maquiavel, muito embora essa seja a constituição comum, é possível que um príncipe emergja de dentro do povo. Tal príncipe, no entanto, não pode possuir as características de seu meio, mas deve ter qualidades análogas aos nobres, os quais “se creem seus iguais e por isso não pode comandá-los nem os governar como quiser”, apenas pela subjugação à força (MAQUIAVEL, 2010, p. 55).

Tal leitura permite compreender, portanto, que Maquiavel propõe sua ética apenas voltada a esses indivíduos em especial, aos príncipes e aos nobres com essas aspirações. Desse modo, não há uma busca pela supressão da ética vigente (de base religiosa), apenas um distanciamento dela na área da política, na qual a busca pelo poder possui supremacia, conforme será mais bem trabalhado adiante.

Até mesmo o campo da atuação legal parece contribuir a essa percepção. Isso porque, as leis são indicadas por Maquiavel como necessárias na atuação de impor limites a práticas como a crueldade. Nesse sentido, ele afirma que, “caso [o príncipe] escolha alguém que não se mostre um homem valoroso, deverá substituí-lo; porém, se ele demonstrar bravura, é preciso contê-lo com as leis, para que não ultrapasse os limites”. As leis, no entanto, são por vezes radicadas na religião, como o autor afirma em outro momento (MAQUIAVEL, 2010, p. 60; 63; MANGERONA, 2013; SOUSA, 2015).

Novamente, é evidente que a colocação de Maquiavel gira em torno da busca

do príncipe por manter seu poder diante de um indivíduo que poderia lhe oferecer ameaça. Ainda assim, isso não elimina o fato de que o autor reconhece a existência de outra moralidade, aplicável a atuação de outros indivíduos, que não o príncipe. Desse modo, aparentemente, na obra de Maquiavel a moralidade religiosa vigente é aplicável à atuação do povo, e sua influência na instituição legal não é combatida, mas utilizada a favor do príncipe.

Em suma, a moral e a ética de Maquiavel parecem exigir aplicabilidade apenas a um ator social específico: o príncipe. Quanto ao povo e aos demais nobres (responsáveis pela legislação), a moralidade vigente é aceita, à medida que o autor não a combate e reconhece sua utilidade frente aos interesses do príncipe; além de tê-la analisado de forma positiva, em alguns momentos. Desse modo, não há uma busca pela eliminação da moralidade religiosa, mas sim uma movimentação rumo à eliminação de sua supremacia na busca de aquisição, acúmulo e manutenção do poder.

3 A Política possui Moral e Ética próprias

A partir da análise de sua obra, é possível afirmar que Maquiavel expressa uma moralidade e uma ética sistematizadas, muito embora suas constituições sejam distintas aos modelos religiosos então vigentes. Para tanto, basta esclarecer o conceito de ética, passível de ser definido como um “conjunto de regramentos de natureza moral que definem o comportamento do indivíduo de acordo com uma dada filosofia e cosmovisão dela resultante” (TEIXEIRA, 2015, p. 35).

Uma análise d’O Príncipe permite afirmar que a ética e a moralidade, conforme propostas por Maquiavel, possuem alguns elementos básicos de constituição, os quais serão expostos nesta seção. Dentre tais elementos, ressaltam-se: a conquista, o acúmulo e a manutenção do poder como finalidade ética; a leitura realista da situação e da história como ação metodológica; a aceitação da condição natural humana; o enfrentamento das situações e a imitação do passado como práticas virtuosas; a virtude como instrumental moral e ético; a aparente disposição ao bem como algo necessário; a busca pela obtenção do apreço do povo; e o bem da maioria como algo prezável.

É importante reforçar, contudo, que esse modelo ético é amplamente dependente

dos campos da conquista, do acúmulo e da manutenção do poder, sendo todos os seus princípios gerais derivados dessa finalidade.

3.1 A conquista, o acúmulo e a manutenção do poder como finalidade ética

A primazia desse elemento, que constitui o modelo ético de Maquiavel como uma ética do poder, fica clara ao longo de sua obra (CARDOSO, 2010). Um exemplo expressivo desse raciocínio são suas descrições acerca de César Bórgia. A respeito dessa figura, o autor afirma:

Se, pois, se considerarem todos os progressos do duque, ver-se-á que ele preparou bases sólidas para seu futuro poderio; atos sobre os quais não julgo supérfluo discorrer, porque eu mesmo não saberia dar melhores ensinamentos a um príncipe novo que o exemplo de suas ações — e, se seus procedimentos não lhe renderam proveito, não foi por culpa sua, mas de uma malignidade extraordinária e extrema da fortuna (MAQUIAVEL, 2010, p. 47-48)

Nessa descrição, Maquiavel descreve Bórgia como o melhor exemplo de um bom Príncipe. Ocorre que o autor não se resguarda de descrever os procedimentos do príncipe ao longo de sua obra, atribuindo a Bórgia ações de engano, violência e assassinato. Exemplo exímio é sua atitude frente a Ramirro d’Orco que, após cumprir suas ordens e tratar a cidade conquistada com dureza e crueldade, o duque o executa diante de todos, como indicativo de que não aceitaria esse tipo de atitude (por ele inicialmente requisitada) (BERRIEL, 2019; CARDOSO, 2010).

Ainda assim, de acordo com a ética de Maquiavel, os atos de Bórgia são positivos e recomendáveis, pois o encaminharam de forma efetiva rumo ao acúmulo e à manutenção do poder. Em outros termos, as ações de um príncipe devem ser avaliadas mediante suas consequências, sendo compreendidas como positivas ou negativas a depender do quanto isso o aproximou ou o afastou do governo de seu principado. Tal princípio se reafirmará a partir dos demais, os quais serão dispostos a seguir.

3.2 A leitura realista da situação e da História como ação metodológica e a aceitação da condição natural humana

A estrutura ética indicada se torna coerente a partir da compreensão de que Maquiavel se propõe a realizar uma leitura realista da situação e da história, tomando tal atitude como ação metodológica (BERRIEL, 2019; GRAFTON, 2010). Desse modo, é possível ao autor constituir uma cosmovisão que se fundamenta no fato de que a condição humana é deplorável e este continuamente pratica o mal. Sendo assim, o príncipe deve agir de modo análogo, a fim de que seja efetiva sua atuação frente à humanidade (CARDOSO, 2010).

Devido a isso, Maquiavel se propõe a uma leitura não imaginativa, mas realista da situação social em que vive (CARDOSO, 2010). Nesse sentido, ele afirma:

Sendo minha intenção escrever coisas que sejam úteis a quem se interesse, pareceu-me mais conveniente ir direto à verdade efetiva da coisa que à imaginação em torno dela. E não foram poucos os que imaginaram repúblicas e principados que nunca se viram nem se verificaram na realidade. Todavia a distância entre o como se vive e o como se deveria viver é tão grande que quem deixa o que se faz pelo que se deveria fazer contribui rapidamente para a própria ruína e compromete sua preservação: porque o homem que quiser ser bom em todos os aspectos terminará arruinado entre tantos que não são bons. Por isso é preciso que o príncipe aprenda, caso queira manter-se no poder, a não ser bom e a valer-se disso segundo a necessidade (MAQUIAVEL, 2010, p. 71).

A partir dessa perspectiva, é proposta uma postura ética que lide com as coisas como de fato são, e não como deveriam ser (BERRIEL, 2019; CARDOSO, 2010). Como resultado, o autor busca descrever um modelo de príncipe que não deve ser julgado pelo “mérito de seus procedimentos”, com base em uma ética imaginativa (MAQUIAVEL, 2010, p. 52). Sendo assim, é justificável uma orientação ética que permita colher consequências efetivas à manutenção do poder, mesmo que isso resulte em confronto com outras concepções morais.

Importante pontuar que, muito embora Maquiavel defenda continuamente uma ética livre de julgamentos externos aos já mencionados, a distinção entre os conceitos de bem e mal ainda existe em suas formulações. Desse modo, mesmo que ele compreenda que o príncipe deva “não ser bom [mas] valer-se disso segundo a necessidade”, tais conceitos ainda estão presentes, mesmo que de modo a propor referência a seus leitores (MAQUIAVEL, 2010, p. 71). Desse modo, há uma aceitação da condição deplorável humana, não uma leitura que lhe propõe neutralidade (MAQUIAVEL, 2010; MANGERONA, 2013).

Isso fica claro mediante sua concepção de uma natureza humana bem definida, demarcada pela maldade e pela constante condição de guerra. Com base nisso, o autor propõe declarações como a naturalidade da mudança de fidelidade do povo e a “necessidade natural e comum” que um príncipe tem em oprimir seus novos súditos (MAQUIAVEL, 2010, p. 34).

Tal realidade, portanto, atribui ao homem um desejo natural e comum pela conquista, que gera conflitos infundáveis. Nesse sentido, há níveis claros de um pensamento universalista e, de certo modo, determinista nas concepções de Maquiavel, que concebem a História como determinada, muito embora possa sofrer alterações a partir das ações de um príncipe virtuoso. Sendo assim, elementos que podem ser alterados a partir dessa atuação, devem ser enfrentados (BERRIEL, 2019).

Tal proposição fica clara no contexto bélico, especialmente. Nesse sentido, o autor argumenta que “jamais se deve deixar que um distúrbio se alastre a fim de evitar uma guerra, porque a guerra é inevitável, e postergá-la só traz vantagens ao adversário” (MAQUIAVEL, 2010, p. 38). Desse modo, aceder ao desejo por guerra e conquista é algo inevitável e, o louvor e a ausência de críticas dependerão do êxito que o príncipe terá em sua empreitada (MAQUIAVEL, 2010, p. 69).

3.3 O enfrentamento das situações e a imitação do passado como práticas virtuosas

Um outro princípio fundamental na ética de Maquiavel é a disposição pelo enfrentamento das situações adversas que se colocam diante do príncipe. Devido a isso, o autor abomina atitudes semelhantes à de Piero Médici, que entregou de forma pacífica

os bens de Florença, em ocasião da campanha de Carlos VIII. Para ele, Piero foi o exemplo máximo do que um príncipe não deve ser (BERRIEL, 2019).

Nesse sentido, Maquiavel declara:

Será sempre mais vantajoso revelar-se abertamente e combater uma boa batalha; porque [...] se você não tomar partido, estará sempre na mira de quem venceu, para deleite e satisfação daquele que foi derrotado; e não há razão nem coisa nenhuma que o defenda, nem ninguém que o acolha; porque quem vence não quer amigos suspeitos e que não o ajudem nas adversidades; e quem perde não o acolhe, já que você não quis pegar em armas para reverter sua fortuna (MAQUIAVEL, 2010, p. 90-91).

Suas colocações nesse caso, assim como todas as demais, se fundamentam em uma leitura histórica realizada por ele. Tal exercício evidencia um outro princípio ético da obra de Maquiavel, o qual vê na imitação histórica uma grande virtude do príncipe. Nesse sentido, “um homem prudente deve tomar sempre a via trilhada por homens ilustres, que foram exemplos excelentíssimos a serem imitados” (MAQUIAVEL, 2010, p. 44).

Sendo assim, é necessário ao príncipe uma disciplina que lhe permita adquirir os conhecimentos relevantes, com base na leitura de obras históricas, atentando para as ações dos homens que tiveram sucesso em suas empreitadas. Desse modo, deve o príncipe imitar as ações desses vultos, “e, não sendo possível ombrear-lhes a virtude, que ao menos se deixe algum vislumbre dela” (MAQUIAVEL, 2010, p. 70).

Devido a isso, um príncipe nunca deve ficar ocioso, mesmo em tempos de paz, já que a manutenção do poder ocorre por meio do planejamento e da projeção futura. Desse modo, o príncipe deve ter virtude necessária (por meio da imitação histórica e do enfrentamento) para analisar o que virá a frente e atuar para manter o poder, sem levar em conta outros princípios morais e éticos (MAQUIAVEL, 2010).

3.4 A virtude como instrumental moral e ético e a aparente disposição ao bem como algo necessário

Em meio a essa busca por uma sistematização desse modelo ético, é necessário esclarecer que a percepção fundamental de virtude nos escritos de Maquiavel em muito difere de um conceito abstrato e transcendente de construções como a cristã. Ao contrário, a virtude esperada de um príncipe se refere a sua prática concreta e materialista de um governo efetivo, visando à obtenção, ao acúmulo ou à manutenção do poder (com base na história). Sendo assim, o príncipe virtuoso é aquele que segue a ética por ele desenhada (BERRIEL, 2019; GRAFTON, 2010).

Esse aspecto deixa claro o distanciamento que Maquiavel propõe entre a política e a religião. Isso porque, diferente dos moldes cristãos, a virtude de um príncipe não é conduzida por princípios orientados por uma instituição divina, mas pautada por uma efetividade concreta da manutenção do poder. Desse modo, o príncipe não se volta aos textos sagrados na busca pela vida virtuosa, mas à história, na qual os feitos exitosos foram registrados (GRAFTON, 2010).

Sendo assim, a relação do príncipe com o bem ou com o mal deve existir conforme essa ética, primando pela prática da virtude. Esse é um ponto, no entanto, altamente complexo na percepção moral de Maquiavel, pois encerra em seu interior nuances potencialmente conflitantes. Nota-se, portanto, uma relação não linear entre a ética do poder e a ética vigente.

Nesse ínterim, três proposições principais surgem na obra de Maquiavel: o príncipe não deve, necessariamente, possuir qualidades morais negativas, mas deve sempre aparentar possuí-las, empregando-as, quando necessário; as escolhas devem priorizar o poder, e não a moralidade vigente; e, ainda assim, há limites que não devem ser cruzados.

Quanto a tais colocações, o autor declara que:

A um príncipe, pois, não é indispensável ter de fato todas as qualidades acima descritas, mas é imprescindível que pareça possuí-las; aliás, ousarei dizer o seguinte: tendo-as e observando-as sempre, elas são danosas, ao passo que, aparentando tê-las, são úteis — como, por exemplo, parecer piedoso, fiel, humano, íntegro, religioso, e sê-lo; mas é necessário estar com o espírito de tal modo predisposto que, se for preciso não o ser, o príncipe possa e saiba torna-se o contrário. E há que

se compreender que um príncipe, sobretudo o príncipe novo, não pode observar todas as coisas pelas quais os homens são chamados de bons, precisando muitas vezes, para preservar o Estado, operar contra a fé, contra a caridade, contra a humanidade, contra a religião. Porém é necessário que ele tenha um espírito disposto a voltar-se para onde os ventos da fortuna e a variação das coisas lhe ordenarem; e, como se disse acima, não se afastar do bem, se possível, mas saber entrar no mal, se necessário. Sendo assim, um príncipe deve ter o extremo cuidado de nunca deixar que saia de sua boca nada que não esteja repleto das cinco qualidades supracitadas; e que ele pareça, ao ser visto e ouvido, todo piedade, todo fé, todo integridade, todo humanidade, todo religião — de resto, parecer possuir esta última qualidade é o que há de mais necessário (MAQUIAVEL, 2010, p. 79).

Nesse excerto, as proposições elencadas ficam claras, indicando sua complexidade. Isso porque, muito embora Maquiavel reconheça a necessidade da prática de ações más, o autor afirma que a preservação das qualidades é algo almejável. Tais qualidades, sendo úteis e louváveis, apenas não devem ser preservadas em detrimento da manutenção do poder, o que possui primazia evidente, ao longo da obra.

Até mesmo essa primazia, no entanto, não é absoluta, havendo limites fundamentais para cumprimento dessas ações. Limites que circundam ainda os elementos materialistas e não transcendentais, é claro. Sendo assim, o autor defende que “não se pode dizer que haja virtude em exterminar concidadãos, trair os amigos, não ter fé nem piedade nem religião; pois é possível conquistar o poder por esses meios, mas não a glória.” Isso porque, por meio de tais ações, mesmo que o príncipe seja considerado o melhor dos capitães, “sua feroz crueldade e desumanidade, aliada a infindáveis atrocidades, não consentem que ele seja celebrado entre os homens mais ilustres” (MAQUIAVEL, 2010, p. 52-53).

Desse modo, é defendido por Maquiavel:

Que o príncipe, como em parte já se disse, cuide de escapar a tudo aquilo que o torne odiado ou desprezado, pois, sempre que ele o tiver evitado, terá cumprido sua parte e não será ameaçado por outras infâmias. O que o torna mais odioso, como eu disse, é ser rapace e usurpador dos bens e das mulheres de seus súditos, devendo abster-se deles. E, uma vez que não se atente nem

contra a honra nem contra os bens dos homens, a maioria deles viverá satisfeita; há somente que combater a ambição de uns poucos, o que de muitos modos e facilmente se refreia. O que o faz desprezível é ser reputado volúvel, leviano, efeminado, pusilânime, irresoluto, coisas das quais um príncipe deve afastar-se como de um escolho, engenhando-se para que, em suas ações, se reconheçam grandeza, animosidade, gravidade, força; e, quanto aos assuntos civis, exigir que sua sentença seja irrevogável entre os súditos, mantendo-se em tal posição de modo que ninguém pense em enganá-lo ou traí-lo (MAQUIAVEL, 2010, p. 80).

Ainda assim, mediante a análise de Maquiavel, o indivíduo que praticar tais ações, alcançando resultados positivos, ainda deve ser considerado um bom príncipe, afinal, conquistou e manteve o poder. Tal príncipe, no entanto, não pratica a virtude, o que encerra sua qualidade primária na sabedoria do governo. Sendo assim, de forma quase paradoxal, Maquiavel indica que, muito embora a moralidade religiosa exista e sirva de base de julgamento de alguns para as ações do príncipe, indicando, inclusive, os limites que remetem a sua virtude (em aspecto materialista e não transcendente), ela não possui primazia na política. Assim, ao assumir procedimento exageradamente distinto ao que rege a moralidade vigente, o príncipe nunca receberá glórias, mas ainda pode ser um bom político.

Com tudo isso, é importante reiterar que nos escritos de Maquiavel não há uma negação da religiosidade e da moral religiosa como norteadoras da vida geral do homem. Apenas há um afastamento desse elemento na política e a perda de sua primazia. Ainda assim, as categorias de “bem” e de “mal” ainda existem, muito embora não haja problema em aplicar o “mal”, desde que seja alcançada a finalidade última da moral de Maquiavel, a manutenção do poder.

De fato, essas colocações de Maquiavel, que aparentam indicar uma aceitação da moral religiosa vigente, podem ser lidas e interpretadas como empregadas apenas mediante busca por resguardar-se de uma eventual perseguição da Igreja. Ainda assim, tal posicionamento exige uma reflexão que vá além do texto, além de compreender Maquiavel como um indivíduo completamente alheio às condições socioculturais que fundamentam a Idade Média (altamente religiosa), algo difícil de conceber.

3.5 A busca pela obtenção do apreço do povo e o bem da maioria como algo prezável

Dois elementos finais que encerram essa síntese da ética de Maquiavel voltam a atenção do autor ao povo. Nesse sentido, dois princípios éticos se destacam: a busca pela obtenção do apreço do povo e o bem da maioria. Importante esclarecer de antemão que, ambos princípios, assim como os demais, são efetivados mediante busca da manutenção do poder e não por uma expressão de amor caridoso, ou justificativa similar.

Desse modo, a obtenção do apreço do povo é algo tido como positivo pois gerará maior estabilidade no governo do príncipe. Isso porque, um príncipe que perde o apreço do povo não possui força expressiva, podendo ser destituído sem grandes dificuldades. Sendo assim, torna-se necessário manipular a massa popular, a fim de que essa possa fortalecer o governo do príncipe.

Nesse sentido, Maquiavel declara:

Deve ainda, em períodos convenientes do ano, manter o povo ocupado com festas e espetáculos; e, como cada cidade é dividida em corporações e bairros, há que se levar em conta a comunidade, reunir-se com eles de vez em quando, dar exemplo de humanidade e de munificência, mas sempre mantendo firme a majestade de seu posto (MAQUIAVEL, 2010, p. 92).

Esse apreço, no entanto, é, por vezes, difícil de se manter. Isso porque, continuamente, as opções procedimentais irão afetar dois ou mais grupos, sendo necessário escolher qual será beneficiado em detrimento dos outros. Sendo assim, Maquiavel institui como preceito a noção de bem da maioria, tomando como base o fato de que uma minoria é mais fácil de se controlar, caso as ações do príncipe tornem esse grupo um inimigo.

Desse modo, tratando acerca da instituição de colônias, o autor declara:

Com as colônias não se gasta muito, já que elas podem ser assentadas e mantidas com pouca ou nenhuma despesa; os únicos prejudicados são aqueles a quem tiraram os campos e as casas para dá-los aos novos moradores, que são uma parte mínima de todo o Estado; e aqueles que são ofendidos, estando dispersos e na pobreza, jamais poderão ser nocivos; quanto aos demais, se por um lado permanecem ileso — e por isso deveriam aquietar-se —, por outro temem

incorrer em erro e, deste modo, sofrer a mesma espoliação que coube a outros. Posso então concluir que estas colônias não são custosas, mostram-se mais fiéis e causam menos problemas; e que a parte ofendida, reduzida à pobreza e à dispersão, é inofensiva, como já foi dito (MAQUIAVEL, 2010, p. 35).

Tal prática, portanto, favorece a manutenção do poder, servindo a sua consolidação. Esse elemento permite retornar à concepção inicial de que, muito embora muitos princípios éticos possam ser retirados da obra de Maquiavel, todos estes servem, primariamente, a busca pela obtenção e manutenção do poder. Sendo assim, a política não se baseia na moralidade religiosa em sua constituição, mas em uma moralidade própria. A religião, por sua vez, possui seu lugar determinado na vida social dos demais atores, bem como na estrutura legislativa, por exemplo.

4 A Igreja como força política

Ao adentrar a discussão quanto ao papel da religião na ética de Maquiavel, torna-se necessário esclarecer previamente sua percepção em referência ao conceito de Religião e ao de Igreja. Importante lembrar que Maquiavel produz sua obra em momentos finais da Idade Média, o que acaba por gerar uma associação inevitável entre a Igreja Católica Romana e o que vem a ser a Religião. Ainda assim, sua forma de se relacionar com os conceitos aparentemente já refletem uma espécie de diferenciação deles mesmos (MANGERONA, 2013).

No que se refere a essa temática, três conceitos são dignos de análise na obra: os conceitos de Igreja, de Principados Eclesiásticos e de Religião. Tais termos surgem em contextos diversos e, muito embora representem alguma confluência, suas idiosincrasias são evidentes.

O conceito de Religião surge de forma periférica, atrelado aos Principados Eclesiásticos. Nesse sentido, a Religião é compreendida como fornecedora de princípios para esses principados, os quais se fundamentam nela e são constituídos por meio da Igreja. Além disso, ela exerce função essencial na elaboração de leis, por servir de raiz para seu desenvolvimento.

Com base nisso, é possível pensar no conceito de Religião como uma instituição

abstrata e geral de suposto contato com o transcendente, que fundamenta a tradição e propõe as bases morais de uma sociedade. Nesse sentido, Maquiavel as trata (talvez ironicamente, muito embora, de todo modo, representando a concepção de sua época e não a combatendo), como “sendo regidas por razões superiores — que a mente humana não alcança —” sendo os estados por elas regidos “exaltados e mantidos por Deus” (MAQUIAVEL, 2010, p. 60). Sendo assim, o autor declara não se dispor a tratar do assunto, haja vista sua proposta de manter-se na análise da “realidade terrena” (MAQUIAVEL, 2010, p. 60).

Ainda assim, Maquiavel propõe (carregado, agora, de uma mais evidente ironia), um exemplo da relação entre os Estados e a Religião. Desse modo, ele descreve a atitude de expulsão dos mulçumanos da península como um ato de “caridosa crueldade”, com base na religião (algo visto como torpe e memorável pelo autor):

Além disso, para poder lançar-se a maiores empresas, servindo-se sempre da religião, dedicou-se a uma caridosa crueldade, espoliando e expulsando os marranos de seu reino: tal exemplo não poderia ser mais torpe nem mais memorável (MAQUIAVEL, 2010, p. 90).

Dando sequência a análise, é possível notar que, mesmo afirmando distanciar-se do transcendente, Maquiavel se dispõe a discutir acerca dos Principados Eclesiásticos e da Igreja como um todo, por compreender seu evidente afastamento do divino. Desse modo, o autor faz uma diferenciação do conceito de Religião e Igreja. Nessa diferenciação, Maquiavel propõe uma perspectiva da Igreja como uma força política única, que reúne sobre si fundamental poder e influência.

A singularidade da Igreja gira em torno de sua composição heterogênea. Nesse sentido, são atribuídas à Igreja duas facetas fundamentais, apenas pertencentes a essa instituição: a espiritual, que lhe dá autoridade, e a terrena, que lhe dá poder. Ainda assim, mesmo sua faceta espiritual é primordialmente tratada por Maquiavel como um artifício de poder terreno e não transcendente, conforme é descrito ao longo de sua obra.

Desse modo, a Igreja é compreendida por Maquiavel como uma força política única, muito embora exerça função semelhante a qualquer Estado (BERRIEL, 2019). Nesse sentido ele declara:

Deve-se ainda notar que o Estado do sultão é diferente de todos os demais principados, assemelhando-se ao pontificado cristão, o qual não se configura nem como principado hereditário, nem como principado novo, porque não são os filhos do príncipe que herdam o principado e se tornam senhores, mas alguém que é eleito por aqueles que têm autoridade para tanto (MAQUIAVEL, 2010, p. 85).

Com isso, Maquiavel trata a Igreja de forma análoga a um Estado, ao passo que o papa é tratado como príncipe ao lado dos demais, como o rei de Nápoles, o duque de Milão e os governantes de Veneza. A percepção de Maquiavel pode ser vista desde usos mais implícitos, em que, refletindo acerca dos Estados herdados, como de costume, Maquiavel se propõe a lançar exemplos a fim de defender sua tese. Nesse ínterim, ele menciona as ações do duque de Ferrara, que teria suportado ofensivas bélicas dos venezianos em 1484 e do papa Júlio em 1510. Sua colocação coloca em paralelo as ações de ambos (venezianos e o papa), como duas forças políticas similares.

Além disso, em certo momento, o papa é até mesmo denominado como rei por Maquiavel, em atitude de descrever a relação do papa com o rei da França, diante dos venezianos. Desse modo, as ações papais são constantemente descritas como meios de manter os poderes terreno e material da Igreja, como a luta por erradicar a influência romana dos Orsini e dos Colonna, que enfraquecia o poder pontifício.

A percepção política de tal instituição fica clara ainda por outros fatores. O principal deles gira em torno da insinuação de que a escolha dos papas não servia a desígnios divinos e transcendentais (conforme se propunha), mas à vontade política dos príncipes. Em vários momentos isso é descrito na obra, como o fato de Bórgia ter auxiliado na escolha de “um papa que, se não era propriamente quem ele queria, ao menos não era alguém que não quisesse” (MAQUIAVEL, 2010, p. 50).

Até mesmo em referência a escolha dos cardeais (indivíduos dentre os quais são escolhidos os novos papas), a análise de Maquiavel é extremamente política. Nesse sentido

ele descreve que Bórgia possuía enorme influência no colégio cardinalício, e ainda declara que dentre as razões pelas quais os Orsini e os Colonna foram neutralizados por Júlio II, encontra-se o fato de tais famílias:

Não terem nenhum cardeal, os quais estão na origem das disputas entre eles, pois essas facções jamais estarão em paz se tiverem cardiais, porque estes alimentam, em Roma e fora dela, os partidarismos que os barões locais são obrigados a defender e, assim, da ambição dos prelados, nascem as discórdias e os tumultos entre os barões (MAQUIAVEL, 2010, p. 61).

Dando sequência à análise, é notável que, muito embora os conceitos sejam extremamente próximos, a distinção fundamental entre a Igreja e os Principados Eclesiásticos diz respeito aos objetivos de atuação de seu governante. Enquanto na Igreja o papa serve como príncipe, mas agrega suas conquistas à Igreja, nos Principados Eclesiásticos o poder e as conquistas são acumulados pelo próprio príncipe. Nesse sentido, descrevendo as ações do papa Júlio, Maquiavel afirma:

Júlio não só se valeu de tudo isso, mas foi além, planejando conquistar Bolonha, liquidar os venezianos e expulsar os franceses da Itália; e em todas estas empresas ele foi bem-sucedido, merecendo maior louvor ainda, já que cada ação sua visou fortalecer a Igreja, e não alguém em particular (MAQUIAVEL, 2010, p. 61).

É notável, portanto, a percepção de Maquiavel, que atribui à Igreja uma atuação unicamente política. Ainda assim, Maquiavel diferencia a Igreja da Religião, considerando esta última como uma instituição abstrata, embora, naquele momento, seja estritamente vinculada à Igreja Cristã. Tais colocações acabam por produzir na obra de Maquiavel uma releitura de diversos conceitos religiosos e elementos do sagrado, os quais serão descritos a seguir.

4.1 A politização dos elementos religiosos

A percepção política da Igreja acaba por levar Maquiavel a politizar elementos do sagrado. Desse modo, o transcendente é eliminado de todos os conceitos evocados pelo autor (como os conceitos de fé, casamento, milagre, condução divina da história e pecado), sendo aparentemente mantido em apenas uma de suas reflexões, em referência

ao papel de um restaurador, ao qual aparentemente atribui um forte teor messiânico.

Ainda assim, é interessante notar seu contínuo uso da tradição bíblica, importância que não parece negligenciar, como nesta descrição:

Porém, tratando dos que por virtude própria, e não por fortuna, se tornaram príncipes, digo que os mais excelentes foram Moisés, Ciro, Rômulo, Teseu e outros que tais. E, embora não haja o que argumentar sobre Moisés, tendo sido um mero executor das coisas que lhe foram ordenadas por Deus, ainda assim ele deve ser admirado, quando mais não seja pela graça que o fez merecedor de falar com Deus. Mas, considerando Ciro e aqueles que conquistaram ou fundaram reinos, todos são dignos de admiração; ademais, caso se considerem suas ações e atitudes específicas, elas não parecerão discrepantes com as de Moisés, que teve preceptor tão excelso. Era, pois, necessário que Moisés tivesse encontrado o povo de Israel escravizado e oprimido pelos egípcios para que eles, a fim de escapar à servidão, se dispusessem a segui-lo. Moisés, Ciro, Teseu e Rômulo não teriam conseguido fazer que suas Constituições fossem respeitadas por tanto tempo se estivessem desarmados (MAQUIAVEL, 2010, p. 44-45).

Muito embora em textos como esse Maquiavel pareça lidar de forma religiosa com conceitos teológicos como graça e revelação, conforme já dito, seu trato político sobrepõe uma possível visão religiosa. Nesse sentido, nota-se, por exemplo, que o conceito de fé surge em seus escritos como uma máscara para os interesses políticos e pessoais, além de serem dessacralizados elementos como o matrimônio. Nesse sentido, ele descreve:

E se outros alegassem a fé que o rei prestara ao papa, assumindo aquela empresa em troca da anulação do seu matrimônio e do cardinalato concedido a Ruão, replicarei com o que exponho a seguir acerca da fé dos príncipes e de como se deve observá-la (MAQUIAVEL, 2010, p. 38).

Além disso, na construção de Maquiavel não há espaço para a atuação sobrenatural ou milagrosa. Antes disso, os eventos sucedem mediante as escolhas dos homens influentes, e os resultados delas. Desse modo, não foi um milagre a perda da Lombardia; sua ocorrência se deve ao fato de ter o Rei Luís feito a igreja crescer, sendo a perda do

território “algo bastante razoável e ordinário” (MAQUIAVEL, 2010, p. 38).

Com isso, a percepção de uma divindade que comanda a plenitude da história é negada por Maquiavel (mesmo que com alguma dúvida), atribuindo ao homem o poder de coordenar parte da história. Interessante notar, no entanto, que, ainda assim, o autor assume a existência de uma parcela de condução por meio da fortuna ou por meio do divino, atribuindo ao livre arbítrio a razão da atuação humana. Tal conceito teológico é aparentemente mantido, muito embora seja possível ler seu emprego apenas em caráter retórico:

Não ignoro que muitos tiveram e têm a convicção de que as coisas do mundo sejam governadas pela fortuna e por Deus, sem que os homens possam corrigi-las com sua sensatez, ou melhor, não disponham de nenhum remédio; e por isso poderiam julgar que não vale a pena suar tanto sobre as coisas, deixando-se conduzir pela sorte. Essa opinião tem sido mais acreditada em nosso tempo pelas grandes mutações nas coisas que se viram e se veem todos os dias, fora de qualquer entendimento humano. Às vezes, pensando nisso, eu mesmo em parte me inclinei a essa opinião. Entretanto, para que nosso livre-arbítrio não se anule, penso que se pode afirmar que a fortuna decide sobre metade de nossas ações, mas deixa a nosso governo a outra metade, ou quase (MAQUIAVEL, 2010, p. 98).

Finalmente, o conceito de pecado é descrito na obra como algo pautado não pelo descumprimento da moralidade religiosa, mas pela inadequação da vida política. Desse modo, mesmo que a percepção de pecado ainda seja igual à cristã, cujo significado se encerra na transgressão de um determinado código moral, a mudança ocorre na transposição da “lei de Deus” para a “lei política”, fundamentada na ética do poder. Nesse sentido, Maquiavel declara que, “quem dizia que a causa disso eram nossos pecados falava a verdade; entretanto os pecados não eram aqueles apontados, mas estes que descrevi; e, como os príncipes eram os pecadores, coube também a eles sofrer as penas” (MAQUIAVEL, 2010, p. 62).

Com isso, o distanciamento do transcendente fica claro, sendo tais conceitos lidos a partir da ética materialista e realista de Maquiavel. Um elemento do sagrado, no entanto, que possui semelhanças com sua conceituação religiosa, diz respeito a um discurso feito

em referência à atuação de um redentor nacional, ao qual são atribuídas características messiânicas:

E, apesar de já ter reluzido um brilho em alguém, a ponto de fazer crer que fosse um enviado de Deus para sua redenção, viu-se que depois, no ápice de sua trajetória, ele foi abatido pela fortuna. De modo que, quase sem vida, a Itália agora espera quem poderia ser aquele que sane suas feridas [...] e a cure de suas chagas há muito tempo necrosadas. Vê-se como ela reza a Deus para que lhe mande alguém que a redima destas crueldades e insolências bárbaras. [...]. Mas no presente não se vê em quem ela mais possa esperar que em vossa ilustre Casa, que, com sua fortuna e virtude, favorecida por Deus e pela Igreja, da qual agora é príncipe, pode fazer-se chefe dessa redenção. [...] e, conquanto aqueles homens tenham sido raros e maravilhosos, ainda assim foram homens, e cada um deles teve menor ocasião que a atual, porque a empresa deles não foi mais justa que esta, nem mais fácil, nem Deus lhes foi mais amigo que de vós. [...] Aqui há enorme disposição; e, onde há grande disposição, não há de haver grande dificuldade, contanto que se sigam as orientações daqueles que propus como exemplo. Além disso, aqui se veem feitos extraordinários e sem precedentes, conduzidos por Deus: o mar se abriu; uma nuvem os escoltou pelo caminho; a pedra derramou água; aqui choveu o maná. Tudo tem concorrido para vossa grandeza. O que resta deve ser feito por vós: Deus não quer fazer todas as coisas, para não nos tolher o livre-arbítrio e parte daquela glória que nos cabe (MAQUIAVEL, 2010, p. 101-102).

Em tal discurso, no entanto, fica difícil diferenciar a percepção de Maquiavel de sua descrição da cosmovisão que permeava seu tempo. Ainda assim, sua leitura parece refletir a formação religiosa do autor, permeada por sua concepção secularizada.

Considerações Finais

Com base na discussão firmada até então, algumas considerações podem ser cunhadas, no que diz respeito à percepção de Maquiavel em referência à ética e à moral, bem como ao papel da Religião na Política. De forma preliminar, é necessário indicar que O Príncipe se propõe a construir (ou melhor, expor) uma ética voltada à atuação dos príncipes, e não dos demais.

Tal aspecto retrata ponto crucial na obra, pois admite a existência de um outro

modelo ético distinto ao sistematizado pelo autor, que rege o povo e está em constante contato com a ética do poder. Esse cenário acaba por gerar uma argumentação altamente complexa na descrição de Maquiavel, pois sustenta a relação de ambas éticas de forma tênue e imbricada.

Sendo assim, a ética vigente (de raiz religiosa), serve de base para a manutenção das qualidades que o príncipe deve aparentar possuir. Além disso, tal ética estipula os limites da atuação dos subordinados ao príncipe, e indica a ele o modo preferível de se viver (desde que não seja ameaçada a supremacia da ética por ele indicada), a fim de alcançar uma virtude plena e obter a glória provinda do povo.

De toda forma, como insistentemente reiterado, a primazia da ética de Maquiavel se encerra na busca pela aquisição, pelo acúmulo e pela manutenção do poder. Todo o mais serve a esse elemento, que constitui a finalidade ética do modelo. Sendo assim, mesmo a ética vigente, de matriz religiosa, é subordinada a esse modelo, quando se trata da atuação política.

Nesse contexto, os seguintes princípios éticos são dispostos por Maquiavel, estabelecendo as bases de seu modelo: a leitura realista da situação e da história como ação metodológica; a aceitação da condição natural humana; o enfrentamento das situações e a imitação do passado como práticas virtuosas; a virtude como instrumental moral e ético; a aparente disposição ao bem como algo necessário; a busca pela obtenção do apreço do povo; e o bem da maioria como algo prezável.

Devido à aceitação de um modelo de percepção de mundo regido por esses princípios éticos, as pontuações de Maquiavel em referência à Religião estabelecem uma releitura das concepções vigentes. Desse modo, o autor propõe uma percepção concreta, material e profundamente política da instituição religiosa e dos elementos do sagrado. Até mesmo a Religião, que Maquiavel distingue da Igreja, é empregada como justificativa para promulgação de interesses pessoais e políticos.

É digno de esclarecimento que Maquiavel não aparenta estabelecer suas conclusões a partir de suas preferências pessoais e religiosas. Antes disso, seguindo seu modelo de análise que visava a discorrer acerca da realidade da situação e da história, sua leitura apenas encerra o que de fato a Religião e a Igreja eram naquele período

histórico. Afinal, mesmo a história eclesiástica não se exime de expor o afastamento dessas instituições, nesse período, daquilo que diz respeito ao transcendente e ao espiritual.

Referências:

BERRIEL, Carlos Eduardo. *Literatura e sociedade: O Príncipe de Maquiavel*. 12 mar. 2019, 11 jun. 2019. 15 p. Notas de Aula.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Maquiavel eterno*. In.: *O Príncipe. Nicolau Maquiavel*, 11-22. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2010.

GRAFTON, Anthony. *Introdução*. In.: *O Príncipe. Nicolau Maquiavel*, 23-44. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2010.

MANGERONA, Sílvia. *Maquiavel e a Religião: O Temor a Deus Como Instrumento Político*. *Revista Lusófona de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais*. 13 (4): 135-145, 2013.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2010.

SOUSA, Vimerson Araújo de. *A relação entre política e religião em Maquiavel*. *Cadernos Espinosanos*. 32: 237-266, 2015.

TEIXEIRA, Carlos Flávio. *Teologia e filosofia*. Engenheiro Coelho, SP: Academia Teológica, 2015.

Recebido em: 22/07/2020

Aprovado em: 05/11/2020